

Discriminação e preconceito como fatores de violência e atitudes docentes como fator de promoção de resiliência na escola

Carmen Campoy Scriptori*
Jair Fortunato Borges Junior**

Resumo

A relação entre preconceito social, violência e promoção humana tem sido tema de discurso acadêmico, político e popular, mas ainda assim apresenta-se distante de apontar uma ou mais soluções para este problema que parece ser crescente, deixando vítimas ao longo do caminho. Com este artigo buscamos refletir sobre fatores que interferem na construção do sujeito, especificamente a promoção de resiliência no sujeito, dentro de um recorte étnico-racial afrodescendente. Para tanto, procuramos estabelecer as possíveis relações entre fatores de resiliência e ação docente, dentro de um sistema educacional que, em larga escala, reproduz o preconceito racial, já tão estigmatizado pela sociedade brasileira. Utilizamos como metodologia a pesquisa qualitativa exploratória, de tipo *ex post facto*, com estudo de caso, por meio de entrevista aberta, com base no Método Clínico Crítico de Piaget. Realizamos pesquisa bibliográfica para confirmar a existência de preconceito racial no sistema público de ensino e fundamentar teoricamente alguns conceitos nesse sentido. Observamos que a literatura, no Brasil, sobre resiliência na Educação ainda é escassa e não encontramos nenhum trabalho relacionado especificamente à resiliência em alunos afrodescendentes. A análise dos dados permitiu-nos inferir que quando um sujeito é enormemente prejudicado pelas circunstâncias do meio pode transcender a tais prejuízos, desde que receba acolhimento e ajuda efetiva de outro(s) ser(es) humano(s), inclusive de seus professores. Nesse sentido, esses fatores podem ser usados como ferramenta docente.

Palavras-chave: Preconceito racial; Violência; Resiliência.

Discrimination and prejudice as violence factors and docent attitudes as promotion factor of school resilience

Abstract

The relation between social prejudice, violence and human promotion has been an academic, political and popular discussion theme but still presents itself distant of pointing one or more solutions to this problem that appears to be increasing, leaving victims along the way. With this article we seek to reflect on the factors that interfere in the construction of the subject, specifically the promotion

* Professora do Programa de Mestrado em Educação do Centro Universitário Moura Lacerda de Ribeirão Preto, São Paulo e pesquisadora colaboradora voluntária do Laboratório de Psicologia Genética (LPG) da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

** Professor da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e da Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.

Carmen Campoy Scriptori – Jair Fortunato Borges Junior

of resilience in the subject, for an ethnic and racial afro-descendant background. For that we search to establish the possible relations between the resilience factors and teaching action, inside an educational system that, in large scale, reproduces the racial prejudice, already so stigmatized by Brazilian society. We used a qualitative and exploratory survey, of the “ex post facto” kind, as methodological approach, with case study, by open interview based on the piagetian clinical-critical method. We did a literature review to confirm the existence of racial prejudice in the public educational system and support theoretically some of the concepts in this sense. We observed that the literature about resilience in education in Brazil is still scarce and we did not find any works related specifically to resilience among afro-descendant students. The analysis of data has allowed us to infer that when a subject is immensely impaired by the circumstances in the mean one can transcend such injures, as long as one receives refuge and affective help from other human beings, including his teachers. In this way, these factors may be used as a teaching tool.

Keywords: Racial prejudice; Violence; Resilience.

Introdução

Desde há alguns anos, ouvimos falar das dificuldades pelas quais passa a diversidade de alunos em sala de aula, particularmente no ensino público. Dentre tantas, o foco deste artigo volta-se às questões étnico-raciais dos alunos afrodescendentes e ao enfrentamento da violência gerada pelo preconceito sofrido por essa parcela da população dentro do sistema público de ensino.

Aparentemente, o Brasil é um dos países que tem o melhor fundamento legal no combate ao racismo e à discriminação racial. É um dos países signatários do Plano de Ação elaborado em Durban, na África do Sul, no ano de 2001, na Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, assumindo compromisso internacional de elaborar e programar medidas e políticas públicas para combater essas mazelas, referentes às devidas reparações que devem ser feitas à comunidade afro-brasileira, pelo que lhe foi subtraído no decorrer da história e construção do país, inclusive em relação à sua constituição como sujeito (SILVÉRIO & GONÇALVES; SILVA, 2004).

Apesar disso, em nosso cotidiano social, inclusive no ambiente escolar, as estatísticas mostram que se trata de uma luta sem tréguas. Nesse resgate, cabe tornarmo-nos incansáveis no sentido de diminuir a violência que avilta os direitos humanos fundamentais, sem medir esforços ou esperar recompensa, porque ela virá, mas é impossível prever quando.

Discriminação e preconceito como fatores de violência e atitudes docentes como fator de promoção de resiliência na escola

Bourdieu (1998) aponta o sistema de ensino como sendo um fiel reproduzidor da estrutura social. No Brasil, isso não é diferente. A cultura eurocêntrica é aqui enfatizada como uma supremacia que atropela e obstaculiza outras formas de cultura e conhecimentos, e desconsidera os valores multiculturais que constituem a sociedade brasileira. Contudo, segundo Morin (2003), nenhuma sociedade é em si arcaica ou moderna, e esta afirmação levou-nos a inferir que a cultura européia, apenas por ter sido colonizadora, não deveria ser considerada superior diante de outras culturas existentes no Brasil.

Isso posto, fica fácil entender como a violência da escola (CHARLOT, 2000) para com os alunos afrodescendentes foi incrementada em função de atitudes de desrespeito a essas culturas, como humilhação, vergonha, palavras desdenhosas, atos discriminatórios, injustos ou racistas, que levam os sujeitos ao fracasso.

Por outro lado, sabemos que, mesmo passando por essas situações, certas pessoas conseguem superar as adversidades e sair delas vitoriosas, principalmente quando encontram apoio de outros seres humanos que as valorizam e as acolhem. Dizemos que essas pessoas são resilientes ou têm a capacidade de resiliência.

A Psicologia apropriou-se do termo resiliência, emprestado da Física, para definir a capacidade que os seres humanos têm de superar os efeitos de uma situação (ou várias situações repetidas) de extrema adversidade e ainda assim saírem fortalecidos. Trata-se de um processo adaptativo que implica continuar a desenvolver-se bem, apesar da adversidade, do trauma, da tragédia, das ameaças ou mesmo do *stress* gerado por problemas de família, de relacionamento, de saúde, financeiros ou profissionais.

Ter resiliência significa deixar para trás, rebotar, resistir aos embates que a vida apresenta. Indivíduos resilientes conseguem superar e não simplesmente eliminar as adversidades, além de aprender com as mesmas e de retomar seu desenvolvimento em direção positiva.

Pesquisas sobre resiliência em Psicologia demonstram que essa não é uma característica inata. A chave dessa positividade, que pode ser desenvolvida por qualquer pessoa ou indivíduo, reside nos contatos humanos, nos afetos e na solidariedade do grupo social a que o sujeito pertence. Sobretudo, as pesquisas sinalizam um panorama bastante otimista ao demonstrarem que nenhum elemento adverso, ele mesmo, constitui-se como fonte de deterioração ou dano irreversível para qualquer pessoa, já que esse elemento adverso pode ser superado com o estabelecimento de relações afetivas advindas de outras pessoas que exercem o papel de cuidadores.

Ser resiliente não significa não experimentar a dificuldade ou não sentir a dor e a aflição geradas por fatores adversos circunstanciais, pois o caminho

da resiliência é feito de considerável aflição emocional. Exatamente por se tratar de um grande sofrimento emocional é que o sujeito tem necessidade de apoio e suporte solidário de outras pessoas do entorno, seja dentro ou fora da família. Pesquisas mostram que relacionamentos humanos desenvolvidos com base no amor e na confiança oferecem encorajamento e asseguram um suporte adicional à resiliência das pessoas prejudicadas.

Nesse quadro, interessou-nos investigar, por meio de pesquisa, quais fatores promovem resiliência em escolares traumatizados e discriminados, de modo que sejam levados ao sucesso e não ao fracasso escolar. Interessou-nos especialmente evidenciar a forma como os docentes se relacionam com esse tipo de estudantes no ambiente escolar.

Para tanto, lançamos mão do estudo de caso. Os dados que aqui apresentamos enfocam a atuação docente na superação dos traumas e violências sofridas pelo sujeito participante da pesquisa, cuja trajetória de vida estava prevista para levá-lo ao fracasso escolar e social.

Desenvolvimento

Como dissemos, valendo-nos de estudo de caso, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa, do tipo *ex post facto*, exploratório-interpretativa.

O procedimento de coleta de dados deu-se por meio de entrevista aberta, com um roteiro de temas e situações-problema previamente estabelecidas, no intento de investigar o que e como o sujeito pensa quando relata sua trajetória de vida, e que buscou identificar o dito e descobrir o não dito em seu discurso, filtrando e analisando as ações e/ou palavras do entrevistado.

As situações-problema da entrevista referiram-se a eventos de adversidade e violência que o sujeito viveu no decorrer de sua infância e adolescência, dentre os quais destacamos o assassinato de seu pai diante de seus olhos e o preconceito e a discriminação racial sofridos nas instituições em que viveu e no ambiente escolar que frequentou.

O problema da pesquisa consistiu em identificar quais fatores poderiam ser desencadeados pelos docentes de modo a influenciar o desenvolvimento exitoso de um aluno afrodescendente nessas condições.

Metodologicamente apoiamos-nos em Delval (2002), Gil (2006), Kerlinger (1979) e Bardin (1977). Delval (2002) foi a principal fonte para fundamentar-nos quanto ao Método Clínico Crítico de Piaget, para realizar a entrevista. Gil (2006) e Kerlinger (1979) fundamentaram-nos quanto ao tipo de pesquisa e estruturação da dissertação, e Bardin (1977), na análise de conteúdo.

A consulta de livros e artigos publicados e organizados por Kabengele Munanga (2003) oferece uma vasta fundamentação acerca da trajetória do negro

Discriminação e preconceito como fatores de violência e atitudes docentes como fator de promoção de resiliência na escola

no Brasil e da história da África, uma obra específica que trata da superação do racismo nas escolas e é direcionada a professores e professoras do ensino básico (2005). Para a realização de nossos estudos, buscamos suporte nas pesquisas correlatas a estes assuntos e em estudiosos como Kabenguele Munanga (2005), Petronília Gonçalves e Silva (2004), Valter Silvério (2007, 2008), José Tavares (2002), Grotberg, (2005); e, ainda, em publicações institucionais como Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), a Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação (CNE-MEC),¹ entre outros, que nos fornecem subsídios para dizer-nos quem é o aluno afrodescendente, quais suas necessidades e, dentre essas, quais vêm sendo atendidas, a fim de então podermos estabelecer relações com o fenômeno humano da resiliência aplicada à educação escolar.

Dentre as pesquisas acerca da discriminação e preconceito racial no ensino público, fazemos alusão à tese de Godoy (2001), que trata das relações étnico-raciais, julgamento moral e noção de justiça entre crianças escolarizadas. A amostra foi composta por 32 crianças pobres, sendo elas brancas, e não brancas com idade entre 7 e 10 anos, sendo 16 meninas e 16 meninos que compuseram dois grupos distintos. Os resultados mostram que estereótipos e estigmas atribuídos aos indivíduos dão margem a diversos conflitos sociais, geram violência e dificultam a convivência social com base em valores de justiça e igualdade. Quanto ao que diz respeito à auto-identificação e pertinência dos sujeitos participantes do estudo a um determinado grupo, a pesquisa constatou ainda que alguns sujeitos negros não se sentiam à vontade para identificar a cor de sua pele e ainda algumas crianças mestiças ficaram indecisas quanto à cor de sua pele. Apenas os sujeitos brancos autodescreveram-se quanto às suas características psicológicas e demonstraram autoestima mais positiva do que as crianças não brancas. Num contexto geral, acerca dos estereótipos raciais, esse estudo confirmou a hipótese de que há uma caracterização negativa por parte do grupo branco com relação ao não branco e ainda uma autodesvalorização por parte do grupo não branco.

Quanto às pesquisas que tratam do sucesso escolar, estas são bastante genéricas. Sobre o sucesso escolar de alunos negros não encontramos trabalhos realizados no que diz respeito a esse recorte racial específico. Entretanto, quando pesquisamos sobre o fracasso escolar, podemos encontrar vários trabalhos.

A literatura quanto à resiliência na educação é ainda bastante escassa, inclusive no que se refere a um recorte étnico-racial. Na revisão que fizemos, encontramos algumas pesquisas, dentre as quais selecionamos a tese de doutoramento de Ceconello (2003) com o tema "Resiliência e vulnerabilidade

em famílias em situação de risco”. Neste trabalho foram analisados fatores de risco e de proteção, tanto a nível intrafamiliar quanto extra-familiar, de 6 famílias entrevistadas. Os fatores de risco analisados foram: a situação de pobreza das famílias e a violência presente na comunidade onde estão inseridas. A base teórico-metodológica foi a do modelo bioecológico de desenvolvimento de Urie Bronfenbrenner, que permitiu observar que o fato das famílias se encontrarem num ambiente cercado pela pobreza e pela violência amplia os efeitos nocivos atrelados aos fatores de risco internos das famílias, como violência doméstica, alcoolismo e depressão materna, o que não ocorre na ausência desses fatores. Foi possível observar que os principais fatores de risco encontrados foram o alcoolismo e a violência doméstica do marido contra esposa e filhos. A violência que o marido habitualmente comete contra a esposa a princípio ocorre na forma de agressão verbal, passando para agressão física. A esposa alega que o alcoolismo do marido é uma doença que necessita do apoio da família para alcançar a cura, e dessa forma não toma medidas em relação a ele. A violência ocorre também com os filhos; além de presenciarem as agressões, também são vítimas da agressão paterna. A autora aponta o alcoolismo como provável fator gerador da violência conjugal, bem como dos maus-tratos infantis e, ainda, da sua postura negligente nas práticas educativas. Foi possível detectar fatores de risco e de proteção para a resiliência de seus componentes. Entre os fatores de risco destacam-se o alcoolismo, a violência doméstica, a falta de envolvimento paterno na educação e a falta de apoio conjugal. Já com relação aos fatores de proteção destacam-se a dedicação, o interesse e a afetividade da mãe para com os filhos.

A discussão pertinente a esta pesquisa se estendeu à função que tem a escola pública de fornecer subsídios para a promoção e o desenvolvimento cognitivo, moral e ético do ser humano, mostrando-se como uma escola de qualidade. Se para todos os alunos a qualidade de ensino vem sendo questionada, historicamente essa qualidade foi negada ao alunado afrodescendente, uma vez que a escola lhe omitiu a possibilidade de vivenciar seu legado histórico cultural, e quando, em alguma circunstância o apresenta, o faz de maneira deturpada, tolhendo-lhe a construção de uma identidade que respeite essas características.

Podemos perceber que, embora exista na Constituição Brasileira (1988), na Lei de Diretrizes e Bases (1996), na Lei n. 10.639/03, no Parecer 03/04 e Resolução 01/04 do CNE e no próprio pré-projeto do Estatuto da Igualdade Racial (2006), toda uma estrutura legal para assegurar os direitos das crianças negras nas instituições de ensino, isso ainda está bem longe de ser uma realidade, talvez porque nenhuma lei modifique ou transforme com tanta facilidade uma sociedade, e os resquícios do escravagismo e suas consequências, bem como toda uma formação racista e preconceituosa que alicerça a sociedade brasileira.

Discriminação e preconceito como fatores de violência e atitudes docentes como fator de promoção de resiliência na escola

O pré-projeto do Estatuto da Igualdade Racial, apresentado em 2003, pelo então senador Paulo Paim (PT/RS), dispõe, entre outras questões de igual relevância, sobre o combate à discriminação e às desigualdades raciais que atingem os afro-brasileiros, em função de sua raça, etnia ou cor, inclusive na área das políticas públicas desenvolvidas pelo próprio Estado. Ele representa um marco para o movimento negro brasileiro, e vale lembrar que a resistência desse povo vem atravessando a História do Brasil desde a sua chegada nos porões dos navios negreiros, passando por Zumbi de Palmares, Frente Negra Brasileira (FNB – 1931/1937) e Movimento Negro Unificado (MNU - 1978) entre tantos outros.

A legislação apresenta-se muito bem fundamentada e se expressa de forma bastante clara. Mas, então, por que ainda temos preconceito e discriminação racial no Brasil, e o que é pior, nos estabelecimentos de ensino que deveriam formar cidadãos aptos a praticar a ética e o respeito ao seu próximo?

Para melhor refletir sobre o tema de nosso trabalho, havemos por bem conceituar racismo, discriminação, preconceito e resiliência.

Racismo, segundo o sociólogo Danilo de Moraes, em texto elaborado por ele para o projeto Conhecer para Respeitar (Ribeirão Preto/SP), é o encontro de uma classificação social baseada em traços fenotípicos. No caso do Brasil, principalmente a cor e suas gradações, considerando como pólo socialmente positivo o branco e como pólo socialmente negativo o negro – com a atribuição de superioridade ou inferioridade intelectual, moral ou cultural para os grupos distintos.

Discriminação é a política preconceituosa como a própria estereotipagem, que Silva Jr. (2002, p. 92) define como “o tratamento desigual de indivíduos com iguais características, baseado no grupo, classe ou categoria a que pertencem e constitui-se evidente desvio do ideal de igualdade de oportunidade”.

Preconceito racial, na definição de Jones (1973, p. 54) é “o julgamento negativo e prévio dos membros de uma raça, uma religião ou dos ocupantes de qualquer outro papel social significativo e mantido apesar dos fatos que o contradizem”.

Apesar de já termos discorrido na Introdução deste trabalho sobre a questão da resiliência, julgamos conveniente acrescentar que esta é concebida como sendo a “capacidade de resistir à adversidade e utilizá-la para crescer que, desenvolvida ou não, cada pessoa traz dentro de si” (COSTA, 1995). Essa capacidade será desencadeada sob influência de um agente externo que pode ou não ser um elemento da família (MELILLO; ODEDA 2005). Seus efeitos são individuais ou coletivos, conforme se constata na evolução do conceito ao longo do tempo. Grunspun (2009) afirma que “resiliência é a capacidade humana de se recuperar ou ser imune psicologicamente quando se é submetido à violência de outros seres humanos ou das catástrofes da natureza”.

Dado que temos uma leitura piagetiana do conceito de adaptação, concebemos a adaptação como um processo dinâmico de equilíbrio majorante, ou seja, aquele que move o sujeito para cima e para o alto. Enquanto processo efetivamente dinâmico, que tem início desde o nascimento e é contínuo na vida de cada indivíduo, como retrata Piaget (1967), o desenvolvimento é uma equilibrção progressiva que migra de um estado menor de equilíbrio para um equilíbrio superior.

Assim concebida, a adaptação é um processo ativo, uma vez que, ao se adaptar, o organismo está também se modificando e simultaneamente modificando o meio (DELVAL, 1998). Dentro desse processo adaptativo é possível distinguir os mecanismos mentais de assimilação e de acomodação, aqui nomeados separadamente apenas em caráter didático, uma vez que ambos são aspectos indissociáveis. Entendemos, então, a assimilação como a incorporação de um elemento do meio ao organismo e a acomodação como uma modificação do organismo como resultado da influência do meio (DELVAL, 1998).

Ainda em uma perspectiva piagetiana, estabelecendo relação com a resiliência como processo adaptativo, podemos dizer que adaptar-se é equilibrar-se. Como diz Piaget:

[...] pode-se dizer que o pensamento é adaptado a uma realidade particular quando ele conseguiu assimilar aos seus próprios quadros essa realidade, ao mesmo tempo em que acomodava aqueles às novas circunstâncias apresentadas por esta: a adaptação intelectual é, então, o equilíbrio entre assimilação da experiência às estruturas dedutivas e a acomodação dessas estruturas aos dados da experiência [...]. (PIAGET, 1970, p. 157)

Chamamos a atenção para o caráter construtivo da resiliência, uma vez que depende de um processo de interação entre o sujeito, outros sujeitos e seu meio, o que lhe subsidia e o fortalece de maneira que ele possa estar preparado para o enfrentamento e a superação das adversidades que lhe foram impostas. O processo em questão trata da combinação entre as peculiaridades da criança ou adolescente e seu ambiente familiar social ou cultural na interação com aspectos individuais do contexto social, das características de intercorrências que venha experienciar durante sua vida e dos chamados fatores de proteção (ASSIS, 2006). Nesse contexto podemos relacionar a construção da capacidade de resiliência ao construtivismo piagetiano enquanto fatores de promoção do sucesso escolar.

Promover fatores de resiliência, para Grotberg (2005), é diferente de promover a prevenção de fatores de adversidade. A promoção de resiliência visa maximizar o potencial e o bem estar dos indivíduos em risco, compromete-se com o comportamento resiliente, com a obtenção de resultados positivos e inclui valor agregado à qualidade de vida, sendo, portanto, mais consistente que

Discriminação e preconceito como fatores de violência e atitudes docentes como fator de promoção de resiliência na escola

a simples prevenção de fatores de adversidade com base no modelo epidemiológico de saúde pública, o qual trata da prevenção de doenças, violência, uso de drogas, gravidez na adolescência e abuso infantil.

Julgamos, assim, que a capacidade de resiliência, implicando a atenção e o cuidado de terceiros, seja um fator de transformação não só do sujeito, mas de seu *statu quo*. Chamamos a atenção para a sua utilização enquanto uma nova ferramenta de conhecimento na área da educação, a ser aplicada na formação de uma sociedade mais flexível (TAVARES, 2002).

O sujeito da pesquisa é um afrodescendente (autodeclarado) egresso da rede pública de ensino, que atualmente apresenta situação socioeconômica estável e que sofreu situações de adversidade e violência em sua infância e adolescência, com preconceito e discriminação racial em instituições de ensino. Seu relato mostra a superação dessas adversidades, por meio da presença atuante de professores, ao longo de sua vida, os quais o influenciaram nessa superação e crescimento pessoal.

A escolha deste sujeito dentre outros, numa perspectiva de amostragem por julgamento, deu-se após, dentro do parâmetro de amostragem não probabilística, elencar algumas pessoas que apresentavam perfil semelhante ao necessário, inclusive a autodeclaração de pertença ao grupo étnico-racial negro, considerando o quesito raça numa perspectiva sociológica, ou ainda preto ou pardo, se considerarmos o quesito cor com base em critérios de pesquisas do IBGE.

A análise dos dados permitiu estabelecer categorias com base no enquadramento da fala do sujeito nos conceitos de resiliência, preconceito/discriminação racial.

Dentre as categorias encontradas na pesquisa como um todo, neste trabalho vamos analisar duas subcategorias, (vide quadro 1) com fragmentos da fala do sujeito sobre diferentes situações de violência sofrida.

A seguir, no quadro 2, apresentamos fragmentos do discurso do sujeito em que se encontram os registros das influências das ações de professores que o acolheram e propiciaram a superação da condição sofrida e promoveram o seu desenvolvimento escolar exitoso.

Quadro 1– Adversidades e trauma

Adversidades	Trauma
... me lembro que tinha uma família pobre que enfrentava o alcoolismo tanto do meu pai quanto da minha mãe ...(o álcool) foi uma droga que acabou com a nossa vida e por causa do álcool eu acabei presenciando a morte do meu pai foi assassinado na minha frente com um tiro... .. de toda, de toda a minha infância não tem uma coisa mais marcante que a morte do meu pai o vizinho, atirou nele, atirou nele, acabou ... ele caiu na minha frente, quando ele levou o tiro eu tava segurando a mão dele ...
... depois disso (morte do pai) desandou a nossa vida, viramo andarilho ...	(na instituição) ... cê esperar sua mãe pra te visitar e depois de dez anos descobrir que ela já tinha morrido, então não é fácil ficar internado
... .. minha mãe ... abandonou tudo, bebia demais e começou a andar na rua começou a andar na rua com a gente ficamos mais ou menos pelo que eu me lembro, mais ou menos uns dois anos na rua pedindo esmola, dormindo embaixo do viaduto cê tinha que dormir a noite esperto, porque os mais velhos abusavam de você ...
... a minha mãe batia muito na gente porque ela bebia demais ela bebia e batia mesmo... .. então bebia, fazer o quê quantas vezes morando na rua presenciava minha mãe sendo violentada pelos mendigos ...
... não vou falar pra você que era legal porque não era entendeu ...	(mãe)... batia de deixar marca ...
... fomos encontrados e encaminhados para uma instituição carente tinha largado ainda uma irmã pra trás ...
... e quando eu pensei que a minha vida não podia piorar mandaram a gente para outra instituição, que era semelhante à FEBEM na creche a professora batia geral em mim ... ela fazia eu tirar o shorts ... por que você tá fazendo isso? ...
... os mais velhos te roubavam, te batiam, e não tinha pra quem reclamar ninguém tinha a cara de te ajudar... tinha que se defender constantemente, briga, briga, briga.	
... quando eu entrei na instituição ... tinha umas duas pessoas que eram grandes, na época, já, já eram adultos um cara que toda noite ele ia lá pra tentar abusar de mim... ninguém acreditava, a gente falava, falava, falava, ninguém acreditava
... a maior privação de todas, foi assim de ter um lar, assim de ter uma família então eu acho que a maior privação mesmo de todas foi a ausência assim, da, da família ...	
	... no meu primeiro emprego o meu patrão batia revista em mim todo dia antes de eu ir embora...

Discriminação e preconceito como fatores de violência e atitudes docentes como fator de promoção de resiliência na escola

Quadro 2 – Agentes externos (professores)

Agentes externos (professores)
o professor Gustavo, ele me mostrou que eu posso ser o que eu quiser desde que eu acredite e lute por isso...
... aliás se falar assim cê quer imitar alguém? Eu quero ser igual a ele... ele é o professor que incentivou a estudar... ele influenciou também em termos de formação, assim de pessoa, de caráter, né (prof. Gustavo)
... esse professor deixou uma marca muito positiva, eu vou lembrar pra sempre... (prof. Gustavo)
... quando eu entrei na faculdade, no 1º ano eu ia desistir, então esse foi o professor que... apostou em mim, e eu fazia de tudo para nunca decepcioná-lo, ...eu acho que de todas as pessoas foi o professor Gustavo que me influenciou pra caramba..
... Professora Tia Sandra que falou oh cê tem futuro, ...disse você tem futuro, não desperdiça isso...eu lembrava dessa frase então era uma frase que fazia com que eu, eu não desvirtuasse pro caminho errado, entendeu? ...
... na verdade eu vi na Tia Sandra a mãe, a professora Sandra era na, era a mãe que eu nunca tive, ela era uma pessoa fantástica, é ainda...
... Uma pessoa serena, uma pessoa do bem, pra criança isso é importantíssimo. Ainda mais pra criança que está acostumada com, com violência dentro de casa, com paulada, com álcool, com ..., então ser lembrada é importantíssimo.
...não esqueci essa professora, entendeu? Porque o que faltava pra gente era realmente esse ambiente familiar. Essa professora criava esse ambiente dentro da sala de aula... (profa. Sonia)
...esse é o diferencial, ela era professora na escola... quando sabiam que a gente era do orfanato...sem perceber acabavam colocando a gente de canto, ela não... (profa. Sonia)
... hoje eu sou uma pessoa mais humana, mais tranqüila...acho que a professora me influenciou esse ponto, a parte familiar, te falei, a parte mais voltada pra família, de querer ter uma família, então foi, ela influenciou essa parte...
... professor Paulão...ele me influenciou da seguinte maneira, se você quer lute pra conseguir... a influência dele foi mais nesse sentido...
... se eu não sei eu procuro aprender por causa desse professor, porque o Paulão era fenomenal...
...o Paulão dava subsídio pra gente, se você quer vamos lá, vamos conquistar...
... ele me influenciou do jeito que eu te falei ,ele assim, deu aquela chama, aquela chama de vontade de lutar, vontade de querer conquistar as coisas, vontade de viver...
... mas o Paulão influenciou dessa forma que eu te falei mesmo: de fazer a gente pelo que quer...
o professor Gustavo, ele fez com que eu quisesse continuar sendo alguém, a crescer mais ainda, entendeu?...

A discriminação e o preconceito racial revelam-se como fatores traumáticos que, embora superados, não foram esquecidos pelo sujeito, como pudemos observar nos relatos. Destaque-se, inclusive, o relato de que já na educação infantil o sujeito era revistado antes de sair da escola. Apesar da pouca idade na época, o sujeito ainda mantém viva essa experiência.

O preconceito e a discriminação vividos por ele mostram as formas de violência que sofreu, como identificamos em fragmentos de seu discurso (Quadro 3).

Quadro 3 – Indicadores de preconceito e discriminação social

Indicadores de preconceitos e discriminação racial:	
Em instituições educacionais	Na sociedade
... o preconceito foi o pior de todos. Na escola, os professores instintivamente acabam separando um grupinho por eu ser criado numa instituição as pessoas me viam diferente, por eu ser negro me viam pior ainda...
...mas eles separavam as crianças...	... no meu primeiro emprego o meu patrão batia revista em mim todo dia antes de eu ir em-bora...
... fica do lado de lá, naquela fileira, então o que acontecia, as outras crianças não queriam se misturar com a genteeu tinha que provar constantemente que eu não era bandido...
... vocês são sujos, tem piolho, vocês são isso, cês são aquilo, entendeu, são neguinhoeu tinha que provar constantemente que eu era uma pessoa de bem...
... esse preconceito era forte, era muito triste o preconceito...	...então eu passei quase a minha vida toda, entendeu, toda essa minha trajetória de vida tentando provar pras pessoas que eu era uma pessoa de bem...
...a maioria das crianças da instituição onde eu fui criado eram negros..... a gente sofria muito preconceitoentão eu passei quase a minha vida toda, entendeu, toda essa minha trajetória de vida tentando provar pras pessoas que eu era uma pessoa de bem...
... pra vê se eu não tinha pegado lápis, ela batia geral em mim...	... mas o preconceito, esse preconceito tinha, esse preconceito era muito forte, era muito forte, nós éramos tratados como bandidos sem ser..... agora imagina uma criança sendo tratado como bandido sem ser...

Discriminação e preconceito como fatores de violência e atitudes docentes como fator de promoção de resiliência na escola

A passagem do sujeito por algumas instituições foi inegavelmente um fator adverso em sua vida, porém, o mesmo mostrou-se capaz de adaptar-se positivamente (tirar proveito de todas essas dificuldades) a partir do auxílio de alguns educadores e, sobretudo, pôde ainda prestar auxílio aos seus irmãos que também se encontravam em instituições para menores.

Hoje o sujeito apresenta condição socioeconômica estável, busca aperfeiçoar-se profissionalmente e mostra-se extremamente crítico e autônomo. Valoriza as relações familiares e pretende evoluir academicamente, o que nos leva a inferir uma adaptação positiva ou uma adaptação resiliente.

Foi possível verificar, por meio do discurso do sujeito, que algumas ações (intencionais ou não) por parte dos educadores influenciaram sua futura tomada de decisões. Assim, concluímos que promover intencionalmente ações positivas deve passar a ser objeto de reflexão docente na busca pela promoção do sucesso escolar de crianças prejudicadas por violência e/ou outras adversidades.

Conclusão

Pela análise dos dados provenientes da entrevista com nosso sujeito pudemos confirmar nossa hipótese de pesquisa de que a resiliência pode ser um fator de promoção humana desencadeado por uma ação docente.

Constamos que houve influência positiva da participação de alguns professores no desenvolvimento exitoso do sujeito pesquisado, na medida em que, mesmo de forma não intencional, apresentaram fatores de proteção que diminuíram ou eliminaram efeitos de fatores de risco, conforme afirma Grunspun (2002). Nesse caso específico, podemos entender que os fatores de proteção encontrados durante a trajetória de vida do sujeito foram providenciados por professores nos quais podia confiar, pessoas que lhe apontavam o caminho e lhe davam apoio em suas ações e incentivo para seu desenvolvimento escolar, acadêmico e pessoal com êxito.

Daí afirmarmos ser muito importante o papel do docente, no sentido de intencionalmente buscar inserir o alunado negro no contexto do sucesso escolar, pois, segundo Munanga (2005), o preconceito historicamente produzido e assimilado pela mente do professor, aliado à sua inaptidão e à inabilidade para intermediar questões de diversidade, ao conteúdo preconceituoso veiculado nos livros e demais materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes grupos étnico-raciais e/ou sociais geram desestímulo e prejudicam o aprendizado desse tipo de aluno. Isso traz consequências incalculáveis à constituição da subjetividade dos indivíduos negros e aponta para a necessidade do uso de ferramentas adequadas para minimizar esses danos.

Contudo, julgamos que, para alcançar o sucesso escolar, o aluno afrodescendente precisa mais do que fatores de proteção por parte do docente que, por si só, não é suficiente para mudar as coisas. O professor pode transformar a sala de aula num ambiente salutar estimulando o potencial de resiliência dos alunos, providenciando fatores de proteção e minimizando fatores de risco, e ainda, fazendo uso das atribuições que lhe são peculiares no exercício de seu ofício, ou seja, incitar o desenvolvimento da capacidade de autonomia desse alunado. Contudo, se ele não tiver apoio de políticas públicas, que visem esse processo de desenvolvimento exitoso da população escolar afrodescendente, ficará limitado a situações muito particulares que repercutirão muito pouco na sociedade em geral. É nesse sentido que advogamos uma posição que inclua estudos sobre resiliência no currículo escolar dos cursos de formação de professores, ideia que já levamos à discussão no V Congresso Luso-Brasileiro de Questões Curriculares.

É nesse contexto que acreditamos ser o estudo da resiliência uma ferramenta de extremo valor a ser utilizada pelo docente, após conhecimento e reflexão sobre o conceito pelas ciências da educação. Mais adequado seria se pudesse fazer parte do currículo escolar do curso de formação de professores juntamente com as questões da igualdade e inclusão.

Reiteramos, então, que o sucesso escolar do aluno afrodescendente está vinculado às condições escolares a que o sujeito está exposto e à qualidade do mediador (docente) na construção do conhecimento, bem como à urgência de políticas de ação afirmativa e de reparação para a comunidade negra.

Dessa forma, poderíamos passar a ver a resiliência como uma ferramenta intencional para alavancar um desempenho exitoso de todo alunado negro brasileiro historicamente prejudicado, no sentido de torná-lo mais forte e capaz de intervir positivamente na transformação da sociedade atual, e assim fazer do mundo um lugar melhor de se conviver.

É imprescindível a reformulação dos princípios de formação docente para que sua profissão possa promover a diversidade em ambiente escolar, despidendo-se dos preconceitos moldados pela nossa formação sociocultural eurocêntrica e fazendo uso de mecanismos, como a capacidade de resiliência, para a promoção do sucesso escolar de sujeitos prejudicados.

Entendemos que o combate ao racismo institucional deva dar-se dentro da própria instituição e esperamos que esta nossa pesquisa possa contribuir com reflexões que venham somar-se a outras medidas que tenham como desígnio a quebra das barreiras do preconceito racial, de modo a abrir espaços para desenvolver o capital cultural pertinente a esse alunado, considerando que o preconceito em todas as suas formas interfere decisivamente na produção de desigualdade de desempenho escolar dos educandos em diferentes níveis sociais (BOURDIEU, 1998).

Referências

- ASSIS, S. G. **Resiliência**: enfatizando a proteção dos adolescentes. Porto Alegre: Artmed. 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Portugal: Edições 70, 1977.
- BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes. 1998. p. 71-79.
- BRASIL. **Projeto de Lei do Senado 213, 2003** (substitutivo). Dispõe sobre a instituição do Estatuto da Igualdade Racial, em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça e/ou cor. Brasília, 2003.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 3 fev. 2008.
- _____. **Lei 10.639/03, 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília. 2003.
- _____. **Parecer CNE/CP n. 3/2004** – CP – Aprovado em 10.3.2004 – Dispões sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ccs/Diretor2006/DiretorF_parecer3_2004_resolucao_1_04.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2008.
- CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, **Revista Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, jul./dez. 2000.
- CAVALLERO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**. Racismo preconceito e discriminação na Educação Infantil. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.
- CECCONELLO, A. M. Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situações de risco. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2003. **Tese de Doutorado**. Disponível em: <http://www.msmedia.com/ceprua/artigos/alessandra_tese.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2009.
- COSTA, A. C. G. **Resiliência. Pedagogia da presença**. São Paulo: Modus Faciend, 1995.
- COSTA, C. S. **O Negro no livro didático de língua portuguesa**: imagens e percepções de alunos e professores. Coleção Educação e Relações Raciais, 3. Cuiabá. UFMT / IE. 2007.
- DELVAL, J. **Crescer e pensar**: a construção do conhecimento na escola. Porto Alegre: Artmed. 1998.

_____. **Introdução à prática do Método Clínico**: descobrindo o pensamento das crianças. Porto Alegre Artmed, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo, Atlas, 2006. p 19-33 e 44-50.

GODOY, E. A. As relações étnico-raciais e o juízo moral no contexto escolar. Campinas: UNICAMP. 2001. **Tese de doutorado**. Disponível em <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000235797>>. Acesso em: 3. mar. 2009.

GONÇALVES, V. L. **O racismo e o desempenho escolar de crianças negras**. In 28ª Reunião Anual da ANPED. GT 21: Afro-Brasileiros e Educação. Caxambu, 2005. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt21/gt211256int.rtf>> Acesso em 23 jul. 2008.

GROTBERG, E. H. Novas tendências em resiliência. In: MELLILO; OJEDA. **Resiliência**: descobrindo as próprias fortalezas. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 15-22.

GRUNSPUN, H. **Violência e Resiliência**: a criança resiliente na adversidade. Disponível em: <<http://www.portalmedico.org.br/revista/bio10v1/seccao4.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2002.

JONES, J. **Racismo e preconceito**. São Paulo. Universidade de São Paulo. 1973, p. 54.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1979.

MELILLO, A.; OJEDA, E. N. S. e colaboradores. **Resiliência – Descobrendo as próprias fortalezas**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 56 e 57.

MUNANGA, K. (Org.). **Cem anos e mais de bibliografia sobre o negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2003.

_____. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília. Edições MEC. 2005.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação?** 14. edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

PIAGET, J. **Psicologia e Pedagogia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970.

PIAGET, J. **Seis Estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

SCRIPTORI, C. C.; SILVA, I. R. **Construção do sujeito, ação docente e promoção de resiliência na escola**. Relatório de Pesquisa. UNICAMP/FE/LPG, 2008.

SILVA JR., H. **Discriminação racial nas escolas**: entre a lei e as práticas sociais /Hélio Silva Jr. Brasília: UNESCO, 2002.

Discriminação e preconceito como fatores de violência e atitudes docentes como fator de promoção de resiliência na escola

SILVÉRIO, V. R.; SILVA, P. B. G. Ações Afirmativas, sim. **Revista ADUSP**. Out. 2004. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/revista/33/r33a04.pdf> Acesso em: 28 out. 2007.

SILVÉRIO, V. R. **Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15560.pdf> Acesso em: 9 mai. 2008.

TAVARES, J (Org.). **Resiliência e Educação**. São Paulo: Cortez, 2002.

YUNES, M. A. M. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 8, n. esp.,75-84, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa10.pdf>>. Acesso em: 27. abr. 2007.

Correspondência

Carmen Campoy Scriptori – Rua Eugênio Rocha Filho, 666 ap. 33 – Jd Irajá, CEP: 14020-640
Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.

E-mail: carmen.scriptori@gmail.com

Recebido em 18 de junho de 2010

Aprovado em 09 de agosto de 2010